

Ministério da Justiça e Segurança Pública**GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 357, DE 2 DE MAIO DE 2017**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento ao Parecer que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0805967-84.2016.4.05.8300, resolve:

Conceder ao anistiado político JOSUE BALBINO DE LIMA, portador do CPF nº 392.308.054-91, o direito à promoção à graduação de Suboficial com proventos de Segundo-Tenente.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 358, DE 2 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento ao Parecer que atesta a força executória da decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0805967-84.2016.4.05.8300, resolve:

Conceder ao anistiado político post mortem BENEDITO SEVERINO DA SILVA, o direito à promoção à graduação de Suboficial com proventos de Segundo-Tenente, em favor de VERA LUCIA ALVES DA SILVA, portadora do CPF nº 387.777.544-68.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 359, DE 2 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 2ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nos autos do Processo nº 0014052-40.2008.4.01.3400, resolve:

Retificar a Portaria Ministerial nº 699, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 2016, para conceder a LIANA BORGES DO AMARAL, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 21.044,55 (vinte e um mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 360, DE 2 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 5ª Vara Federal de Pernambuco, nos autos do Processo nº 0009717-74.2009.4.05.8300, resolve:

Conceder a LUIZ MAURO COIMBRA DE CASTRO, portador do CPF nº 032.903.527-49, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, correspondente ao cargo de Assistente em Gestão Pública - símbolo AsGP, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), conforme Certidão da Secretaria de Transportes do Estado de Pernambuco.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 361, DE 2 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 5023731-54.2011.4.04.7000 (chave 985828045011) - número de origem: 2009.70.00.024523-3, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, resolve:

Conceder ao anistiado político PLINIO PEREIRA, portador do CPF nº 253.918.799-49, reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 7.810,73 (sete mil, oitocentos e dez reais e setenta e três centavos), e a inclusão nos Planos de Saúde e de Odontologia oferecidos pela empresa Ultrafértil S/A, hoje, Araucária Nitrogenados S/A.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 362, DE 2 DE MAIO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0051075-73.2015.4.01.3400, da 21ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, resolve:

Conceder ao anistiado político MANOEL FRANCISCO MENEZES DA SILVA, portador do CPF nº 007.938.922-87, o direito à promoção à graduação de Suboficial com proventos e vantagens de Segundo-Tenente.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

PORTARIA Nº 365, DE 3 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Estado do Rio de Janeiro.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº

5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, no Convênio de Cooperação Federativa celebrado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro; e

Considerando a manifestação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, LUIZ FERNANDO DE SOUZA, contida no OFÍCIO CG nº 130/2017, na data do dia 24 de Março de 2017, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), em caráter episódico e planejado, a partir da data de vencimento da Portaria Ministerial nº 144, de 13 de fevereiro de 2017, e por mais 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, para atuar em ações de segurança pública, em apoio ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, na recuperação da ordem pública, através do policiamento ostensivo, abrangendo a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o Palácio Guanabara.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico nos termos do Convênio de Cooperação Federativa firmado entre os entes da federação, caso em que o solicitante deverá dispor de infraestrutura necessária à instalação da base administrativa da operação, bem como permitir o acesso aos sistemas de informações e ocorrências, no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência desta Portaria.

Art. 3º Os profissionais a serem disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública obedecerão ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR JOSÉ SERRAGLIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA**ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 138**

Dia: 03.05.2017

Hora: 10h00

Presidente Interino: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Secretário do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira
Foi distribuído pelo sistema de sorteio o seguinte feito. A distribuição é realizada em blocos de modo que os processos sejam sorteados aos Conselheiros excluindo-se os nomes dos sorteados anteriormente. Assim, a distribuição iniciará sem o nome dos Conselheiros João Paulo de Resende e Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, que nos últimos blocos de sorteio - nas 136ª e 137ª Sessões Ordinárias de Distribuição - foram os relatores sorteados.
Processo Administrativo nº 08700.009588/2013-04

Representante: Sindicato das Empresas de Transportes de Carga de São Paulo e Região

Advogados: Eduardo Molan Gaban, Bruno Drogueti Magalhães Santos e outros.

Representada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Advogados: José Barreto de Arruda Neto, Marcos Antonio Tavares Martins e outros.

Terceira interessada: Federação Brasileira de Bancos

Advogados: Barbara Rosenberg, Camilla Paoletti e outros

Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo

GILVANDRO VASCONCELOS COELHO

DE ARAUJO

Presidente do Conselho

Interino

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA

Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL**RETIFICAÇÃO**

No Despacho SG nº 545/2017, publicado no DOU nº 83, de 3 de maio de 2017, Seção 1, página 24, referente ao Ato de Concentração nº 08700.000665/2017-94. Requerentes: Atmosfera Gestão e Higieneização de Têxteis S.A. e Lavebras Gestão de Têxteis S.A. Advogados: Camila Paoletti, Barbara Rosenberg e outros. Onde se lê: "Ato de Concentração nº 08700.00665/2017-94" leia-se: "Ato de Concentração nº 08700.000665/2017-94".

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**DIRETORIA EXECUTIVA****COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE****DE SEGURANÇA PRIVADA****ALVARÁ Nº 1.834, DE 11 DE ABRIL DE 2017**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16273 - DPF/JFA/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ITATIAIA MOVEIS S/A, CNPJ nº 25.331.521/0001-52 para atuar em Minas Gerais.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.847, DE 11 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/19699 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO RESIDENCIAL ALPHAVILLE 02, CNPJ nº 49.721.830/0001-05 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.896, DE 12 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/20205 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VILLA ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 14.533.563/0001-50 para atuar em Goiás.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.991, DE 19 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/11780 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DROGARIA ONÓFRE LTDA, CNPJ nº 61.549.259/0001-80, para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 1.992, DE 19 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12468 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FIEL VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.775.654/0002-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 856/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.014, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/16607 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GP - GUARDA PATRIMONIAL DA BAHIA LTDA, CNPJ nº 04.419.921/0001-44, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 775/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 2.051, DE 26 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/12231 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: